

AL NOTÍCIAS

Distribuição gratuita



Impresso Especial

68000007/2002 - DR/SC
ALESC

CORREIOS

Assembléia encerra convocação e inicia ano legislativo de 2006

Fotos: Carlos Kilian



O auditório do Tribunal de Justiça, onde foram realizadas as votações, esteve lotado de servidores

Convocado pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) no dia 17 de janeiro, o Parlamento catarinense apreciou até o dia 14 de fevereiro, prazo final do período extraordinário, um total de 47 proposições. Três delas foram retiradas da pauta pelo governo, atendendo solicitação dos parlamentares. Doze projetos de lei complementar - todos aprovados - referiam-se à estrutura de carreira e vencimentos dos servidores públicos estaduais.

Os deputados ainda apro-

varam a redução do período de recesso parlamentar e a extinção do pagamento de salários pela convocação extraordinária. "A redução do período de recesso de 90 para 55 dias é a resposta do Poder esperada pelos catarinenses", sintetizou o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), em discurso na sessão que abriu o ano legislativo de 2006. Na oportunidade, o governador Luiz Henrique da Silveira fez um relato das ações do Estado.



Deputados receberam o relato das ações do governo na abertura do ano

LEIA NO INSTITUCIONAL

Escola do Legislativo define ações para este ano

Página 3

Estado vai oferecer bolsas para estimular competidores olímpicos

Página 9

AL Notícias ganha nova roupagem

O jornal da Assembléia Legislativa, a partir desta edição, como o leitor poderá conferir, está com uma composição gráfica diferente. As mudanças foram feitas com base na nova identidade visual da Casa.

Página 2

Deputados aprovam novo Código do Judiciário

Entre as matérias apreciadas e aprovadas pelos parlamentares durante a convocação extraordinária, duas tratavam de assuntos do Poder Judiciário.

O Projeto de Lei nº 22/06 permitiu a criação de cargos em comissão, enquanto o Projeto de Lei Complementar nº 21/06, atualiza o Código de Divisão Organização Judiciárias, cuja lei era de 1979. O primeiro foi um

dos mais polêmicos, devido à dispensa do concurso público. A dispensa, neste caso, está prevista pela Constituição Federal.

O novo Código teve apenas um ponto controverso, resolvido depois de audiência pública através de uma sugestão da Associação dos Magistrados Catarinenses.

Página 8

OPINIÃO

Assembléia Legislativa a serviço dos catarinenses

Julio Garcia*

Na última quarta-feira, 15 de fevereiro, a Assembléia Legislativa abriu os trabalhos de 2006, com a instalação da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura. Na oportunidade, registrei o que considero tenham sido as grandes marcas do Parlamento catarinense no ano de 2005. Em primeiro lugar, a intensa participação popular nas decisões tomadas pelos deputados frente às inúmeras proposições e projetos que à Casa chegaram. Todas as matérias foram amplamente debatidas com os mais diversos setores da sociedade. A pluralidade de idéias e posições se fez presente e, em todos os momentos, teve espaço garantido na Assembléia Legislativa.

Também pautou os trabalhos do Parlamento catarinense em 2005 o princípio constitucional que estabelece a independência e a harmonia entre os Poderes do Estado. Como tenho frisado, independência sem bravatas e

harmonia sem subserviência. Durante todo o período, a Assembléia atuou com independência em relação às demais instituições, o que, em nenhum momento inviabilizou ou sequer dificultou o diálogo, a convivência harmônica e respeitosa que o Estado democrático recomenda.

A prática constante do diálogo entre os Poderes e órgãos do Estado estendeu-se à relação com os demais setores da sociedade e, posso afirmar, incorporou-se – espero que de forma definitiva – às relações internas, com os servidores da Casa. Deste diálogo resultou a exitosa reforma administrativa, ora em implantação, construída por todos, parlamentares, mesa diretora, servidores, sindicato e associação. Muitos foram os desafios enfrentados em 2005, mas tenho a certeza de que fomos superando um a um graças a esse esforço comum de todos os parlamentares e de todos os servidores que fazem

desta Assembléia Legislativa o que ela é: uma Casa aberta e sensível aos anseios dos catarinenses. Aproveito a oportunidade para registrar aqui o meu reconhecimento pelo esforço diário de cada um, parlamentares e servidores, neste processo.

É com este mesmo espírito que iniciamos mais um ano de trabalho, na prática já deflagrado em janeiro, com a convocação extraordinária. A intensidade do trabalho e, mais uma vez, a interação com os catarinenses poderá ser conferida nas reportagens desta edição, a primeira do ano.

Em 2006 queremos aprofundar ainda mais o debate e a integração com a sociedade catarinense, mantendo as portas desta Casa sempre abertas. Vamos continuar atuando com independência e altivez, da mesma forma harmônica e respeitosa que tem marcado as nossas relações institucionais. Muito trabalho nos espera. Mãos à obra!

Informação ao alcance de todos

Com o objetivo de nos aproximarmos cada vez mais da sociedade que representamos, estamos procedendo algumas mudanças nos veículos de comunicação da Assembléia Legislativa. A partir desta edição, o AL Notícias apresenta-se com nova roupagem. Um novo projeto gráfico foi desenvolvido com base no programa que definiu a identidade visual do Poder Legislativo, já em fase de implantação. O programa pretende unificar e fortalecer a marca do Legislativo catarinense e facilitar sua identificação.

Além disso, o AL Notícias, até agora distribuído a órgãos públicos e autoridades, passará a chegar também às mãos dos alunos da rede pública estadual. Ao lado dos principais jornais do Estado, o AL Notícias vai integrar o programa Leitura nas Escolas, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação. Seis mil

exemplares serão distribuídos semanalmente aos estudantes que farão uma leitura crítica, devidamente orientados por seus professores. A intenção é facilitar aos jovens catarinenses o acesso à informação sobre o que ocorre na Assembléia Legislativa, sem distinção de cor partidária ou linha ideológica. Numa segunda etapa, o AL Notícias também deverá chegar mais facilmente aos municípios do Estado.

Além das mudanças no nosso jornal e da ampliação da sua tiragem, hoje de oito mil exemplares, também estamos disponibilizando em nosso site na internet (www.alesc.sc.gov.br) a cobertura completa e diária dos fatos políticos ocorridos no Palácio Barriga Verde, com as respectivas fotos, para livre utilização dos veículos de comunicação.

A TV AL também começa o ano de 2006 com nova programa-

ção. Além da transmissão ao vivo das sessões plenárias e reuniões das Comissões Técnicas, os telespectadores poderão assistir em breve a documentários sobre a história de Santa Catarina e seus principais personagens. Da mesma forma, a Rádio Alesc Digital terá novos programas. Entrevistas com os deputados, autoridades e lideranças estão disponíveis para uso livre das emissoras de rádio de todo o Estado.

Com essas iniciativas, a Assembléia Legislativa espera poder desempenhar ainda melhor o seu papel, outorgado pelos cidadãos catarinenses, agindo, sobretudo com transparência, na defesa do desenvolvimento do Estado, na elevação da qualidade de vida do seu povo e na promoção do bem comum.

***Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina**

Assembléia recebe estudantes russos

Fotos: Carlos Kilian



Visitantes permanecem no estado até o dia 24 de fevereiro

Um grupo de 16 estudantes e quatro professores de escolas russas visitou o Parlamento estadual na manhã do dia 20 de janeiro. Eles chegaram no dia 13, quando desembarcaram em Joinville para um intercâmbio que durou 12 dias, conforme protocolo assinado entre os governos catarinense e russo.

Os estudantes, provenientes de duas escolas públicas e uma particular da Rússia, estavam acompanhados da gerente de Educação da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Joinville, Clarice Portella de Lima.

Os estudantes e professores vão permanecer em Santa Catarina até o dia 24 de fevereiro. Na programação, foram incluídas

visitas a escolas, pontos turísticos, históricos e culturais de algumas cidades do estado. Do roteiro de visitas da comitiva, constaram o Instituto Estadual de Educação, maior colégio público de Santa Catarina, e a participação no ensaio da Escola de Samba Consulado, campeã do Carnaval de Florianópolis em 2005.

Os estudantes visitaram também o município de Witmarsum, na região do Alto Vale do Itajaí. De acordo com Clarice Portella, 90% dos moradores daquela cidade são descendentes de russos.

No ano passado, ela acompanhou um grupo de estudantes catarinenses à Rússia. Dos alunos que viajaram, seis também acompanham a visita dos russos.

[AGENDA]

• 22 de fevereiro, 19 horas: Lançamento da Festa da Hortaliça, do município de Urubici.
Local: Hall da Alesc

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição: Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Viviane Olgada Fonseca e Suelen Regina Hilário

INSTITUCIONAL

Escola do Legislativo define estratégias



Foto: Solan Soares

Primeira edição do programa destinado aos jovens foi realizada em dezembro, durante dois dias

Edição deste ano do *Parlamento Jovem* está com inscrições abertas

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por intermédio da Escola do Legislativo, abriu as inscrições para a segunda edição do programa *Parlamento Jovem*. O programa foi criado em 2005, através de proposta da deputada Ana Paula Lima (PT), com o objetivo de estimular a participação política da juventude. Sua primeira edição foi realizada em dezembro de 2005.

As escolas de ensino médio, das redes pública e privada, podem inscrever-se até o dia 13 de março através do endereço eletrônico www.alesc.sc.gov.br/alesc/escola ou pelo e-mail parlamentojovem@alesc.sc.gov.br.

No dia 15, durante sessão plenária, serão sorteadas as escolas, sendo uma para cada macrorregião do Estado, num total de cinco. Após o sorteio, uma equipe

da Escola do Legislativo irá visitar as escolas, para orientar alunos e professores sobre as etapas do programa. Ao todo, as escolas vão eleger 40 "deputados estudantes". Nos dias 10 e 11 de maio, os deputados estudantes realizarão todas as etapas do processo legislativo, da apresentação de projetos de lei à discussão e votação nas comissões permanentes e em Plenário.

De 30 de janeiro a 1º de fevereiro, a Escola do Legislativo reuniu servidores e colaboradores para avaliar o ano de 2005, revisar estratégias e prioridades da instituição para o período 2006/2007 e elaborar o plano operacional deste ano.

De 12 itens propostos, o presidente da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco (PP), pediu ênfase ao programa *Parlamento Jovem*, instituído no final do ano passado e ao projeto *Universidade Aberta*, além de trabalhos voltados à mulher e o envolvimento de entidades que as representam.

As diretrizes para o biênio 2005/06, conforme Carla Maria Vieira Pedrozo, diretora da Escola, foram definidas no ano passado e o encontro serviu para um replanejamento de ações. De acordo com ela, a Escola está aberta às sugestões oferecidas pelos servidores da Casa. "Assim poderemos criar programas e ações de acordo com as necessidades de aprimoramento da Assembléia",

explicou.

Segundo informou o deputado Celestino Secco, pesquisa encomendada pela Assembléia Legislativa para saber a opinião da sociedade sobre o Parlamento, constatou um distanciamento da juventude, o que representa um indicativo bastante forte de que o Legislativo não está chegando às pessoas. "A juventude é a vocação da Escola do Legislativo, a qual deve fomentar a formação de lideranças políticas, daí a importância do programa *Parlamento Jovem*. A instituição da *Universidade Aberta*, que ainda é um sonho para nós, também é outro instrumento para qualificação do Legislativo e conseqüente aproximação com a sociedade a qual representa", disse.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

- Implantar programa semanal da TVAL
- Implantar cursos de pós-graduação
- Ampliar a relação entre a Escola e as Associações de Câmaras
- Implementar atividades de ensino a distância
- Desenvolver seminários temáticos
- Consolidar programas de formação continuada
- Melhorar a estrutura operacional e a infra-estrutura da Escola

TVAl firma acordo de cooperação com a emissora da Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), visitou no último dia 6, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), quando foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre a TV Câmara e a TVAl para intercâmbio das produções audiovisuais, jornalísticas, educativas e culturais entre as duas tevês legislativas.

Rebelo estava acompanhado dos deputados federais Odacir Zonta (PP), Carlito Merss (PT), Edson Andrino (PMDB), Mauro Passos (PT), Paulo Afonso Vieira (PMDB) e Fernando Agostini - Coruja (PPS), de vereadores e lideranças do PCdoB catarinense.

"Esse acordo visa, principalmente, o fortalecimento institucional entre as duas emissoras legislativas. O protocolo coloca à disposição a TV Câmara, quando solicitada e dentro de suas possibilidades, a infra-estrutura técnica necessária à produção, geração e transmissão de programas jornalísticos em sua sede, bem como a apresentação de matérias, programas e produções, além de cooperar na realização de projetos audiovisuais de interesse mútuo", explicou Rebelo.

A TVAl é a terceira emissora legislativa a firmar convênio com a Câmara Federal. "A cooperação entre as duas tevês possibilitará melhor qualidade da programa-

ção e poderemos levar nossas produções à TV Câmara contando a história e as potencialidades do Estado", observou Julio Garcia.

No próximo dia 23, será a vez da TV Senado selar o mesmo tipo de acordo com a TVAl. A parceria foi concretizada através da senadora Ideli Salvatti (PT).

Durante a visita, Garcia, endossado por outros deputados, reiterou a Rebelo a reivindicação catarinense de recursos no Orçamento da União de 2006 para as obras da duplicação da BR-101. O deputado Carlito Merss, relator geral do Orçamento, assegurou que os recursos estão garantidos. Além disso, anunciou que vai buscar a inclusão das obras da



Foto: Jonas Lemos Campos

Rebelo assegurou a Garcia que se empenhará para atender reivindicações

BR-282 e outras, também infra-estruturais, na fração que será destinada ao Estado no bolo orçamentário. "Mesmo estando entre as 72 obras com problemas junto ao Tribunal de Contas da União, vamos tentar segurar esses recursos. Mesmo que eu seja

massacrado pela imprensa do resto do país", assinalou.

Garcia salientou que a duplicação da BR-101 é de extrema importância para a economia de uma grande região, além de lembrar os inúmeros acidentes que matam centenas a cada ano.

INSTITUCIONAL

Parlamentares relatam Fórum Social Mundial

Os deputados Vanio dos Santos (PT) e Afrânio Boppré (P-SOL) falaram sobre o evento em Plenário nos dias 31 de janeiro e 3 de fevereiro.



Os deputados representaram oficialmente a Assembléia Legislativa no evento. Realizado em Caracas, capital da Venezuela, de 24 a 29 de janeiro, o Fórum reuniu cerca de 80 mil pessoas em mais de 2 mil atividades programadas. "Quero ressaltar a receptividade do povo venezuelano. Foram mais de 4 mil voluntários que se apresentaram para trabalhar, recepcionar e dar apoio logístico", contou o deputado petista. De acordo com ele, o Fórum registrou 53 mil inscritos particulares, 19 mil representantes de organizações sociais, 3 mil voluntários e cerca de 5 mil jornalistas.

Vanio destacou dois debates: o Fórum das Autoridades Locais, cujo enfoque recaiu sobre a idéia da integração, da troca de experiências e da elaboração de políticas públicas, e o Fórum Parlamentar Mundial, que contou com a participação de 300 parlamentares da África, da Europa e das Américas. Ele enfatizou ainda a marcha que deu início

ao 6º FSM pelas principais ruas de Caracas, terminando em Paseo Los Próceres, local em que foi construído um palco para a realização da abertura oficial, além da reunião entre os delegados e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Entre as principais diretrizes do encontro, conforme Vanio, estão políticas para garantir o direito de todos à água potável, o comprometimento com a proteção ambiental e o fortalecimento do Mercosul com a inclusão dos países andinos, como a Venezuela e o Peru. Vários ministros de governo participaram do encontro, entre eles o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que falou sobre o programa brasi-

leiro de incremento à agricultura familiar. "Cresce a idéia de solidariedade entre os povos por parte dos seus governos e a criação de políticas públicas para a sua inclusão, bem como a criação de uma rede parlamentar que tenha a mesma identidade por estas lutas", avaliou.

O líder do P-SOL na Assembléia, deputado Afrânio Boppré, destacou o caráter aberto dos debates, na busca por políticas que redundem em qualidade de vida para os países pobres, ou em desenvolvimento. "Dos seis fóruns, tive a oportunidade de participar de cinco. Por isso me sinto apto para falar que ele nasceu para gerar um debate aberto", salientou.

Fórum Social Mundial

Otro mundo es posible

Presidente abre prazo para bancadas indicarem nomes às Comissões

O prazo para que os partidos com assento na Casa indiquem nomes para compor as 14 Comissões Permanentes foi aberto no dia 15.

De acordo com o presidente do Legislativo, deputado Julio Garcia (PFL) - que fez o anúncio ao final da sessão de abertura dos trabalhos -, as legendas têm até o dia 2 de março para proceder as indicações.

Para compor as comissões, a divisão das vagas obedecerá ao número de parlamentares de cada bancada em 1º de fevereiro. As Comissões de Cons-

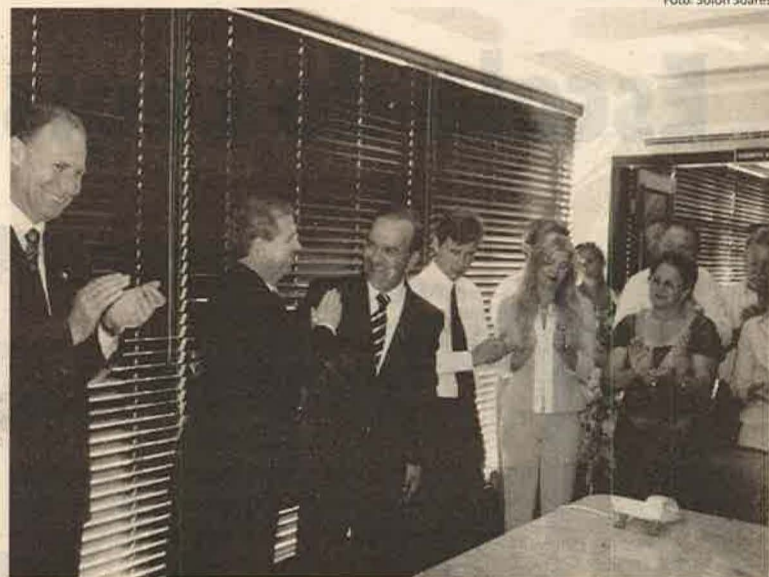


Julio Garcia abriu prazo no dia 15

tituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Ética e Decoro

Parlamentar, constituídas por nove deputados, terão oito, das nove cadeiras, distribuídas entre o PP (1), PT (2), PFL (2), PMDB (2) e PSDB (1). Uma cadeira será preenchida por um parlamentar escolhido pelos partidos com um representante na Casa (PTB, PL, PPS, PDT, P-SOL e PSB).

As demais comissões terão cinco vagas preenchidas pelos partidos com maior representação. Os pequenos têm direito a uma cadeira e a sétima vaga será definida por consenso entre PMDB e PT.



O novo parlamentar, entre os deputados Herneus de Nadal e Jorginho

Maurício Eskudlark assume cadeira tucana

Em solenidade bastante concorrida, com a presença de lideranças políticas e da Segurança Pública, o segundo suplente do PSDB - delegado regional de Balneário Camboriú -, Maurício José Eskudlark, tomou posse no dia 16 janeiro como deputado estadual. A vaga foi deixada por Francisco Küster, que assumiu a Secretaria de Articulação Política da Prefeitura de Florianópolis, enquanto que o titular da cadeira legislativa, Dado Cherem, permanece na Secretaria de Estado da Saúde até o mês de abril.

O presidente em exercício na oportunidade, deputado Herneus de Nadal (PMDB), conduziu a solenidade, salientando os laços de amizade com Eskudlark e lembrando que ambos possuem a mesma base eleitoral - o Extremo Oeste de Santa Catarina. "O Maurício é meu amigo e agora deputado que atua na mesma região. Vem realizando muitos trabalhos em prol da população, desde que foi, por duas vezes, vereador em São Miguel do Oeste. Vai ser uma grande satisfação tê-lo ao nosso lado", comentou.

Eskudlark registrou a alegria

de assumir como parlamentar. "Agradeço a Deus por ser tão bom comigo e me proporcionar a realização de mais um sonho. Sou filho de família humilde, que perdeu o pai, sapateiro, aos 11 anos de idade, e criado com sacrifício pela mãe, servente do Besc de Canoínhas. Sempre fui um sonhador e, ao dividir esses sonhos com meus amigos, eles se tornaram realidade. Por isso, considero que meu maior patrimônio são a família e meus amigos", discursou.

O parlamentar assumiu a vaga durante o período da convocação extraordinária e destacou que, entre os projetos remetidos pelo governo, daria atenção redobrada ao que possibilita a aposentadoria dos policiais civis aos 30 anos de atividade, como já acontece com a Polícia Militar e Polícia Federal, amparados na Lei Federal nº 51.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Jorginho Melo (PSDB), um dos responsáveis pela articulação da posse do novo parlamentar, compareceu à solenidade e disse que o partido "se enche de orgulho em receber Eskudlark na Assembléia Legislativa".

CURRÍCULO

Maurício José Eskudlark, nascido em 18 de janeiro de 1958, na cidade de Canoínhas, é bacharel em Direito, formado pela Univali, e Delegado Regional de Polícia de Balneário Camboriú. Atuou em São José e Joinville, foi diretor da Polícia Civil do Interior e do Litoral e diretor do Combate ao Crime Organizado da Secretaria Estadual da Segurança Pública

e Defesa do Cidadão.

Por duas vezes foi vereador em São Miguel do Oeste, de 1989 a 1996. Integra a Comissão Regional para Prevenção do Uso de Drogas. É pós-graduado em Direito Penal pela Fuoc (Fundação Educacional do Oeste Catarinense), de Joaçaba, e em Direito Administrativo pela FURB, de Blumenau.

INSTITUCIONAL

Foto: Carlos Killian



Harmonia entre os poderes Executivo e Legislativo foram destacados pelo governador e por Garcia

Assembléia abre ano legislativo de 2006

Para o presidente, deputado Julio Garcia (PFL), separar os trabalhos legislativos do calor dos embates eleitorais é o desafio do Parlamento.

Os trabalhos da 4ª sessão legislativa da 15ª Legislatura foram abertos na tarde do dia 15 de fevereiro, no auditório do Tribunal de Contas do Estado. Na ocasião, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) leu mensagem à Assembléia Legislativa, relatando as ações do governo.

Ele destacou a administração descentralizada, as obras que estão sendo executadas em Santa Catarina e ações na área da saúde. A relação com o Legislativo estadual foi outro ponto enfatizado. "Sem o Parlamento, não teríamos a ferramenta para executar todos

esses programas por toda Santa Catarina", finalizou Luiz Henrique. Ele reafirmou que passará o cargo para o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, no dia 9 de abril, para disputar a reeleição.

O presidente Julio Garcia salientou a relação harmônica entre os poderes, que tem caracterizado a 15ª Legislatura. "Essa harmonia tem sido buscada desde a terceira sessão legislativa e vamos tentar mantê-la por muito tempo", assegurou. Sobre a convocação extraordinária, Julio Garcia disse que o Parlamento cumpriu democraticamente seu papel. "Utilizamos o

tempo necessário para discutir e aprovar assuntos relevantes para Santa Catarina. Nesse sentido, a Assembléia Legislativa não perdeu a oportunidade de se aproximar da sociedade, reduzindo o recesso parlamentar de 90 para 55 dias, numa ação de todos os deputados", lembrou.

Estavam presentes à sessão os presidentes dos tribunais de Justiça, Pedro Manoel Abreu e de Contas do Estado, conselheiro Gilson dos Santos; o procurador-geral de Justiça, Pedro Sérgio Steil; o ex-governador Casildo Maldaner e diversas autoridades.

Redução de prazo para licença de deputados vai valorizar suplentes

Os parlamentares aprovaram o PEC (Projeto de Emenda Constitucional) de nº 5/06, que dá nova redação à Constituição Estadual em artigo que se refere à licença de deputado.

O PEC, de autoria do deputado Antônio Ceron (PFL) e outros, reduziu o prazo para a convocação do suplente, anteriormente fixada em 120 dias, para 60. Para adaptar a lei à Constituição, foi necessário

alterar o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, no Artigo 52, parágrafo 5º. Essa matéria, de origem parlamentar, só foi possível de ser analisada durante a convocação extraordinária porque o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) encaminhou o PEC na pauta de discussões, atendendo solicitação do Parlamento.

Conforme o relator da pro-

posta, deputado Onofre Agostini (PFL), a mudança também é uma forma de valorizar os suplentes. "Essa alteração vai permitir que o deputado possa se licenciar e prestigiar aqueles que ficaram na suplência. Da maneira como estava, muitos parlamentares deixavam de se licenciar porque 120 dias é um período longo demais para afastamento", explicou Onofre.

Emenda reduz recesso e elimina remuneração

Nascido de um trabalho que reuniu todos os líderes de bancada, o Projeto de Emenda Constitucional nº 1/06 diminuiu o período de recesso parlamentar de 90 para 55 dias. Além disso, suprimiu da Constituição Estadual o pagamento dos dois salários extras previstos para os deputados em caso de convocação extraordinária.

"A Assembléia Legislativa catarinense é uma das pioneiras a seguir o exemplo da Câmara dos Deputados, reduzindo o período e eliminando o pagamento de qualquer verba indenizatória por convocação extraordinária.", salientou o relator do PEC, deputado Celestino Secco (PP). Outro

ponto destacado por Celestino Secco é a definição, através de lei ordinária, do conceito de urgência e relevância para fins de convocação.

A proposta de redução do recesso decorreu de uma iniciativa consensual dos 40 deputados. Foi formada uma comissão composta pelos deputados Celestino Secco (PP), Paulo Eccel (PT), Odete de Jesus (PL), Sérgio Godinho (PSB), João Henrique Blasi (PMDB), Jorginho Mello (PSDB) e Onofre Agostini (PFL), que elaboraram o texto da PEC. Proposta semelhante, reduzindo para 30 dias o recesso, tramitou durante o ano passado, sendo rejeitada em Plenário.

Foto: Carlos Killian



Elaboração do PEC envolveu os líderes de todas as bancadas da Casa

Parlamentares devolvem salários da convocação

Pelo quarto ano consecutivo, a deputada Ana Paula Lima (PT) devolveu, no dia 17 de janeiro, através de cheque nominal à Assembléia Legislativa, o valor de R\$ 11.885,41, relativo ao salário de convocação da parlamentar, liberado no dia 13. Na oportunidade, ela pediu ao presidente em exercício da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), que o salário da desconvocação, pago no dia 14 de fevereiro, não fosse depositado em sua conta. "O pagamento da convocação extraordinária é imoral, bem como a demagogia daqueles que ao invés de devolver o salário falam que vão doar", avaliou.

Ana Paula lembrou de projeto de emenda constitucional, subscrito pela bancada do seu partido e apresentado em 2004, que reduzia, de 90 para 30 dias, o recesso parlamentar. Como a matéria foi rejeitada em Plenário em julho de 2005, a parlamentar elaborou o Projeto de Decreto

Legislativo nº 11/05, em tramitação na Casa, propondo a extinção do pagamento das convocações extraordinárias.

Casa do Oeste

O deputado Gelson Merísio (PFL), que discorda da petista quanto ao caráter demagógico da doação do salário da convocação, anunciou que repassaria o dinheiro à Casa do Oeste. Segundo ele, a instituição atende a cerca de 40 pessoas em Chapecó e outras 60 em Florianópolis. Na Capital do Estado, por exemplo, recebe pessoas que vêm do oeste catarinense para fazer tratamento médico, exames e outros serviços de saúde. Merísio enfatizou ainda que colabora mensalmente com a entidade.

Direcionamento semelhante aos salários foi dado pelo deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT), que fez a doação a creches carentes.

Planos instituem regras p e vencimentos dos se



Foto: Carlos Kilian

Entre as 44 proposições extraordinárias, 12 PLCs

No dia 7, o Plenário aprovou os projetos de lei complementar (PLCs) instituindo os planos de carreira e vencimentos de servidores das secretarias de Estado da Comunicação, da Coordenação e Articulação e do Planejamento, do Ipesc (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina), Fatma (Fundação do Meio Ambiente), Deinfra (Departamento Estadual de Infra-estrutura), Jucesc (Junta Comercial do Estado de Santa Catarina), administração do Porto de São Francisco do Sul e do gabinete do vice-governador.

Conforme argumento do governo, as propostas asseguram adoção de carreira, possibilitando o crescimento profissional de forma horizontal e vertical, além de ampliar a qualificação profissional. Também serão instrumentos de transparência das práticas de remuneração, com valorização do vencimento nos diversos níveis e referências da estrutura da carreira, bem como o reconhecimento da qualificação profissional cujos cri-

Servidores públicos acompanharam as votações durante as sessões plenárias e participaram dos debates promovidos pelas Comissões

Audiência discutiu propostas

Os projetos de lei complementar dispoendo sobre planos de carreira e vencimentos foram discutidos em ampla audiência pública realizada no dia 1º de fevereiro, no auditório do Senac. O debate foi promovido pelas comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, Saúde, Trabalho, Administração e Serviço Público e Segurança Pública, presididas, respectivamente, pelos deputados Jorginho Mello (PSDB), Wilson Vieira – Dentinho (PT), Onofre Agostini (PFL), Vanio dos Santos (PT) e Dionei Walter da Silva (PT).

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) questionou o Artigo 20, comum aos projetos de carreira e vencimentos de todos os órgãos. Segundo ele, o texto estabelecia os mesmos direitos para todos os servidores, mesmo aqueles cuja qualificação fosse diferente da exigida para o cargo. O secretário da Administração, Marcos Vieira (PSDB), argumen-

tou que o artigo resguardava direitos dos servidores, diante da implementação de alguns planos de carreira no início da década de 80, quando alguns empregos foram transformados em cargos públicos, sem levar em conta a formação exigida para o cargo.

Vieirão sugeriu a aplicação de dispositivo determinando uma análise de incorreções anteriores e não uma situação genérica, pois “viraria um verdadeiro trem da alegria”. Outra sugestão, também acatada, foi a definição da data limite: 12 de janeiro.

O então líder do PT, deputado Paulo Eccel, manifestou preocupação quanto à forma de acesso ao cargo público, já que o texto, em sua avaliação, faz uma classificação genérica das funções. “Temo pela questão da constitucionalidade do projeto. Se esta disposição da progressão for declarada inconstitucional em uma eventual ação, todos os planos caem”, argumentou.

Explicações

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), e o secretário da Administração, Marcos Vieira, enfatizaram que os planos de carreira e vencimentos não terão repercussão financeira, uma vez que as alterações de salário estão previstas no projeto (PLC nº 3/06) que modifica o valor dos vencimentos, incorpora e extingue gratificações, estabelecendo um piso salarial a todos os servidores.

As estruturas de carreira das diversas áreas da administração direta são semelhantes com ênfase na especialização de cada área. De acordo com o secretário Marcos Vieira, a intenção do governo é setorizar a gestão pública, profissionalizando o servidor. Além disso, conforme destacou, o novo plano vai permitir a ascensão funcional de servidores que “estudarem”. “Hoje, quem entra em nível médio não cresce, mesmo que se gradue no 3º grau”, assinalou.



Secretário Marcos Vieira (segundo à esquerda) prestou esclarecimentos, resp

ARIO

Para carreiras servidores

apreciadas pelos parlamentares na convocação referem-se ao funcionalismo estadual.

rios estão previstos nas matérias aprovadas.

O relator das matérias, deputado Jorginho Mello (PSDB), acatou a emenda do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) - também referendada em Plenário -, definindo a data de 12 de janeiro como limite para aproveitamento e enquadramento de servidores nos respectivos órgãos que tratam das propostas.

Alerta do mesmo parlamentar progressista, feito durante a audiência pública (confira nesta página) sobre teor do Artigo 20, igual em todos os projetos de lei complementar, transformou-se em emenda apresentada pelo líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB). O texto original deste artigo criava direitos iguais para todos os servidores, mesmo aqueles com qualificação diferente da exigida para o cargo. Com a nova redação dada por Blasi, foram preservados os direitos dos servidores que, até data de 12 de janeiro deste ano, exerceram os cargos para os quais

se requeira habilitação diferente da exigida.

Controversos

Os projetos foram aprovados depois de muitas discussões nas comissões e em audiências públicas. Mas nem todos chegaram a ser apreciados. O Projeto de Lei Complementar nº 8/06, sobre carreira e vencimentos na Procuradoria Geral do Estado foi retirado por solicitação do próprio governo, em decorrência da intensa polêmica que desencadeou.

Conforme explicações do secretário estadual da Administração, Marcos Vieira, a tabela de vencimentos funciona da mesma forma para todos os órgãos. "O salário inicial de carreira será igual para todos", disse. Para quem ingressa num cargo cuja exigência é o 4º ano do ensino fundamental, o salário inicial será de R\$ 760 e de R\$ 1.200 para nível superior. Segundo ele, o valor varia hoje de R\$ 67 a R\$ 398.

Legislação sobre salários e gratificações sofre ajustes

Os deputados aprovaram também, no dia 7 de fevereiro, o Projeto de Lei Complementar nº 3/06 que modifica o valor de vencimento, incorpora e extingue vantagens pecuniárias dos servidores públicos civis, ativos e inativos, da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo.

De acordo com o texto da matéria, os valores de vencimentos previstos na Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, na Lei Complementar nº 275, de 23 de dezembro de 2004, e na Lei Complementar nº 311, de 12 de dezembro de 2005, passam a vigorar conforme Anexos I, II e III, respectivamente, partes integrantes desta lei, fixando a remuneração mínima em R\$ 760. As mudanças adequam a legislação aos planos aprovados.

Piso salarial está unificado

A partir da sanção governamental ao Projeto de Lei Complementar nº 7/06, os servidores da Secretaria da Saúde passarão a ter um novo piso, saindo dos atuais R\$ 67 para R\$ 760. O salto é resultado da reestruturação remuneratória prevista no Plano de Carreira e Vencimentos aprovado com 12 emendas pelo Plenário, no dia 8 de fevereiro. O impacto financeiro da implementação das novas regras será de R\$ 9 milhões.

"As emendas acatadas - duas dos deputados Onofre Agostini (PFL) e Antônio Aguiar (PMDB) e dez de minha autoria - aprimoram o projeto e não implicam em aumento de despesas", garantiu o líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB). O crescimento e o desenvolvimento funcional do servidor na carreira contabilizarão o tempo de serviço, a qualificação ou desempenho profissional e o nível de formação.

Deter

Com duas emendas corretivas, os deputados aprovaram, no dia 8 de fevereiro, o Projeto de Lei Complementar nº 13/06, que institui o plano de carreira e vencimento dos servidores do Deter (Departamento de Transportes e Terminais de Santa Catarina).

Segundo o relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Jorginho Mello (PSDB), as emendas não causam impacto financeiro ao Estado.

[APROVADOS]

ESTATUTO DA CELESC

Adequar o estatuto da Celesc ao novo modelo de gestão aprovado no ano passado - desverticalização da estrutura da empresa. Este é o objetivo do Projeto de Lei Complementar nº 09/05, aprovado em Plenário. Ele altera dispositivos da Lei Complementar nº 284/05, da reforma administrativa.

A matéria recebeu emenda do presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Jorginho Mello (PSDB), que exclui das atribuições do Conselho de Política Financeira do Estado (CPF) a análise das decisões administrativas da empresa. Por se tratar de uma empresa de economia mista, com receita própria e estar atuando em um mercado competitivo, Jorginho Mello afirma ser necessário garantir autonomia ao Conselho Administrativo da Celesc.

GRATIFICAÇÃO PORTUÁRIA

Outro Projeto de Lei Complementar, o de nº 20/06, institui a gratificação de atividade portuária para os servidores da administração do Porto de São Francisco do Sul. Na Comissão de Trabalho e Serviço Público, a matéria recebeu emenda do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) determinando que a medida será limitada aos servidores lotados no órgão até o dia 31 de dezembro de 2005.

VENCIMENTO ANTECIPADO

O Plenário aprovou o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória nº 122/06, do Executivo, que concede antecipação do valor de vencimento aos servidores públicos estaduais. A proposição recebeu emenda determinando que as alterações orçamentárias ocorram através de projeto de lei da Assembléia Legislativa e não por intermédio de medida provisória.

Com a aprovação, fica concedida a partir de 1º de janeiro de 2006, aos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, antecipação do valor de vencimento, que deve ser calculada com base nos grupos que cada servidor pertencer. Nenhum servidor poderá sofrer decréscimo remuneratório em virtude do disposto nesta Medida Provisória.

DEINFRA

Servidores do Departamento Estadual de Infra-estrutura terão direito a receber uma gratificação referente à fiscalização e controle, condicionada à estimativa de receita. O Projeto de Lei Complementar nº 19/06 que institui a Gratificação de Fiscalização e Controle para os servidores do Deinfra, provocou diversas polêmicas e foi aprovado com emendas.

A proposta foi elaborada com base em critérios técnicos previamente definidos e adotados por outros órgãos, visando beneficiar os servidores.

Diversos parlamentares consideraram "temerário" condicionar o pagamento da gratificação às projeções de receita. O projeto, conforme o secretário da Administração, Marcos Vieira, seguiu o mesmo padrão dos que concedem gratificações aos servidores da Fatma e do Porto de São Francisco.

CORREGEDORIA

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran) vai contar com uma corregedoria, vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, conforme determina o Projeto de Lei Complementar nº 23/06. A nova lei também vai criar o cargo comissionado para corregedor do Departamento Estadual de Trânsito, nível DGS/FTG.

Foto: Jonas Lemos Campos



Quando a deputados e servidores

PLENÁRIO

Tribunal de Justiça tem novos cargos



Foto: Solon Soares

Desembargadores estiveram várias vezes no Legislativo para responder questionamentos dos parlamentares

Forma de contratação desagradou sindicalistas

O Projeto de Lei Complementar nº 22/06, que criou 58 cargos comissionados no Tribunal de Justiça, foi discutido em audiência pública realizada na tarde do dia 25, no auditório do Senac. Magistrados, desembargadores e servidores do TJ, além dos parlamentares, participaram do debate, centrado principalmente na dispensa do concurso público para contratar os ocupantes das novas vagas.

Os representantes do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário não abriram mão da defesa do concurso, mesmo reconhecendo a prerrogativa aberta pela própria Constituição Federal. Os desembargadores reforçaram o argumento da necessidade imediata de contratação de pessoas de absoluta confiança para agilização dos trabalhos. Os magistrados, representados pela Associação dos Magistrados Catarinenses, mani-

festaram apoio às contratações.

"Juizes são servidores públicos concursados, o que torna ainda mais incompreensível as razões pelas quais seria dispensada a um assessor a seleção pública", comparou o presidente do Sinjusc, Volnei Rosalen. Em resposta, o desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi enfatizou a importância da medida para o Estado. "Realizamos esse trabalho pensando no custo final, não só para Santa Catarina, mas para todo o país", observou. Buzzi ressaltou o fato dos cargos serem de confiança, permitindo a exoneração a qualquer tempo.

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, Ricardo José Roesler, reforçou a necessidade "urgente" da criação dos cargos. "Não tenho méritos para me aprofundar no assunto, pois a nossa entidade não teve acesso ao projeto. Diante do debate, compre-

endo a postura do Sinjusc, porém discordo da questão levantada", concluiu.

Segundo Rosalen, o Tribunal de Justiça possui 580 cargos em comissão, 880 trabalhadores terceirizados e 940 estagiários. Somados, são 2.400 trabalhadores, representando 66% em relação ao total de servidores - 3.600 - existentes no quadro permanente. A contratação dos 58 assessores representa anualmente R\$ 4,8 milhões. "Com esse valor poderiam ser contratados mais de 200 cargos de nível médio, ou cerca de 300 cargos de nível auxiliar", assinalou.

Ele afirmou ainda que o "gargalo" de processos do Judiciário encontra-se nas comarcas e não no Tribunal de Justiça. "Existem 1,5 milhão de processos espalhados nas 110 comarcas do Estado, contra pouco mais de 30 mil no Tribunal de Justiça", informou.

Um dos projetos mais polêmicos remetidos pelo governo, o PLC nº 22/06, criou 58 novos cargos a serem preenchidos sem a realização de concurso público. A prerrogativa é garantida pela Constituição Federal, mas a iniciativa foi condenada, principalmente pelos servidores do Poder Judiciário, que fizeram manifestações no dia da votação em Plenário.

De acordo com a justificativa do Projeto de Lei Complementar nº 22/06, a contratação sem concurso está prevista pelo Artigo 30 da Constituição Federal, que ressalva as nomeações em cargos de comissão declarados em lei para livre nomeação e exoneração. A única exigência do projeto aprovado é de que os cargos de oficial de gabinete sejam preenchidos por pessoas graduadas em Direito.

A matéria recebeu votos favoráveis de 27 parlamentares, contra nove contrários -, no dia 8 de fevereiro, numa sessão plenária bastante tumultuada. Desembargadores foram convidados a participar de reunião dos líderes de bancada para dar explicações sobre a proposta, debatida também em audiência pública (leia nesta página).

Na Comissão de Constituição e

Justiça, o relator, deputado Vanio dos Santos (PT), teve derrubado seu parecer pela rejeição da matéria. Ele argumentou que a criação de cargos no TJ vem se tornando corriqueira. "Este foi o quarto projeto, totalizando a criação de mais de 360 cargos em comissão", assinalou. O mesmo ocorreu na Comissão de Finanças e Tributação, que rejeitou o relatório do seu presidente, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), apesar do voto vista favorável da líder do PL, deputada Odete de Jesus. Os deputados Dentinho e Odete repetiram os votos contrários à proposição, em Plenário, assim como os deputados Lício Mauro da Silveira e Antônio Carlos Vieira - Vieirão, ambos do PP, Afrânio Boppré (P-SOL), e os petistas Dionei Walter da Silva, José Paulo Serafim, Pedro Baldissera e Paulo Eccel.

Nova lei atualiza Código

Entregue pessoalmente pelo governador em exercício, desembargador Jorge Mussi, durante a viagem de Luiz Henrique da Silveira à Rússia, o PLC (Projeto de Lei Complementar) nº 21/06, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina, foi aprovado em Plenário no dia 8 de fevereiro.

O projeto institui o novo Código de Divisão e Organização Judiciárias, que, conforme explicou Mussi, está defasado, já que data de 1979. O novo Código, aprovado pelo Tribunal Pleno em 19 de dezembro de 2005, autoriza

o Tribunal de Justiça, por ato próprio, a regular a competência e o funcionamento de seus órgãos jurisdicionais e administrativos.

De acordo com o deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, o projeto permite a criação de novas circunscrições e regionais. Também as Casas da Cidadania poderão funcionar através de termo de cooperação entre o Judiciário e os municípios catarinenses.

O PLC nº 21/06 também foi debatido na audiência pública realizada no dia 25. O Artigo 30 do projeto foi modificado em

decorrência dos debates. O dispositivo permite que o Tribunal Pleno remova juizes de Direito ou substitutos vitalícios para "temporariamente exercer as funções em qualquer Comarca ou Vara do Estado". As entidades presentes acusaram desobediência ao princípio da inamovibilidade estabelecido pela Constituição Federal. Para corrigir isso, foi acrescida, por sugestão do presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, Ricardo José Roesler, expressão deixando claro que a remoção só será feita se o juiz concordar.



Foto: Carlos Kilian

Integrantes do Sinjusc fizeram "enterro" do concurso durante a sessão

PLENÁRIO

Competidores olímpicos terão ajuda do Estado

Desportistas que praticam esportes de rendimento poderão receber de um a oito salários mínimos provenientes do Fundesporte.



Foto: Jonas Lemos Campos

Proposta que beneficia atletas foi bem recebida pelas Comissões e em Plenário

A prioridade será para atletas que pratiquem esportes em modalidades olímpicas e paraolímpicas, vinculadas aos comitês Olímpico e Paraolímpico. É o que define o Projeto de Lei nº 11/06, aprovado pelos deputados e que institui o Programa Santa Catarina Olímpico e a Bolsa-atleta.

Os atletas de reconhecido destaque, de modalidades não-olímpicas ou não-paraolímpicas, também poderão solicitar a concessão da bolsa nos níveis estadual, nacional ou internacional, mediante indicação das entidades esportivas do Estado, referenda-

das por histórico de resultados e situação nos rankings estadual, nacional ou internacional da respectiva modalidade.

O Programa prevê três modalidades de bolsa. A estadual, no valor de um salário mínimo, é destinada aos atletas na faixa etária entre 14 e 17 anos e que tenham se destacado em competições estaduais. A Bolsa-atleta nacional, no valor de três salários mínimos, destina-se aos atletas que integrem a seleção nacional da respectiva modalidade. A Bolsa-atleta internacional, no valor de oito salários mínimos, destina-se

aos atletas que integram a delegação brasileira em campeonatos mundiais oficiais, organizados pelas entidades internacionais do esporte da respectiva modalidade e aqueles que participem ou tenham participado dos Jogos Pan-americanos, Parapan-americanos, Olímpicos e Paraolímpicos.

A concessão do benefício não gera vínculo entre os atletas, as Federações e a administração pública estadual. A contrapartida é a permissão de uso da imagem do atleta em mensagens e anúncios do Estado. As despesas com o Bolsa-atleta sairão do Fundesporte.

Imóveis do Estado serão doados

Os deputados aprovaram os Projetos de Lei nºs 3/06 e 4/06, que autorizam o Poder Executivo a doar a Joinville um terreno com 62 mil metros quadrados para integrá-lo à área de preservação ambiental do município e, por intermédio do Deinfra (Departamento Estadual de Infra-estrutura), ceder à cidade de Bom Retiro, pelo prazo de dez anos, uma área com 28.607 metros quadrados, com benfeitoria em alvenaria com área construída de 1.077 metros quadrados, para abrigar o Centro Administrativo do município.

Outro projeto aprovado foi o PL nº 6/06, que autoriza o Estado a doar imóvel em Florianópolis para abrigar a Escola Profissional Feminina da Agrônômica.

Também foram aprovadas três proposições que tratam de aquisição e concessão de uso de

imóveis. O PL nº 10/06 autoriza a concessão de uso de imóvel em Florianópolis para abrigar o Centro Cultural Escrava Anastácia, da comunidade de Monte Serrat.

Escola

O Projeto de Lei nº 519/05, no município de Lages, objetiva a aquisição de um terreno para as atividades do Colégio Vidal Ramos – o primeiro colégio estadual de Santa Catarina, segundo o deputado Sérgio Godinho (PSB). O parlamentar disse que o atual prédio do colégio será desocupado para abrigar uma entidade cultural do município.

O PL nº 7/06 autoriza a concessão de uso de imóvel em Florianópolis pela ARCA (Associação Recreativa Cultural da Agrônômica).

Desempenho do setor público será avaliado

Com a aprovação do projeto que cria o Programa de Acordo de Resultados, a gestão pública estadual poderá ser avaliada permanentemente. A meta é otimizar serviços e recursos.

O Projeto de Lei nº 2/06 altera dispositivos da Lei nº 13.439, de 15 de julho de 2005, que disciplina o Programa de Acordo de Resultados no Âmbito do Poder Executivo. O Programa será coordenado pela Secretaria Estadual do Planejamento, com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda. Serão avaliados o desempenho institucional, individual e social do serviço público.

Área de trânsito poderá contratar profissionais

Uma proposta anteriormente apresentada pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, permitindo que o Estado contrate profissionais para a prestação de serviços na área de trânsito, voltou ao Legislativo por iniciativa do governo e foi aprovada.

A iniciativa de Jorginho Mello foi rejeitada no ano passado por ferir o princípio constitucional que delega exclusivamente ao Poder Executivo a prerrogativa para propor alterações na estrutura do

serviço público. Mello foi relator do Projeto de Lei nº 12/06, que autoriza o Poder Executivo a utilizar-se do instituto da Permissão para delegar serviços públicos na área de trânsito, que teve emenda substitutiva global, de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB) aprovada.

Foram excluídos do projeto a terceirização de serviços médicos e psicológicos e também a vistoria de veículos. Em 24 meses haverá abertura de licitação para a concessão dos serviços públicos.



Foto: Jonas Lemos Campos

Blasi e Mello (em pé) modificaram o projeto que permite contratações

Procuradores têm novo regime jurídico

Para adequar a estrutura da Procuradoria Geral do Estado "à nova realidade do Estado, com o crescimento do número de processos judiciais em Santa Catarina", conforme justificativa do Procurador Geral, Ilmar Rocha, o governo remeteu o PLC (Projeto de Lei Complementar) nº 17/06.

Os deputados aprovaram, com algumas emendas, a proposta que altera dispositivos da Lei Complementar nº 317/05 - sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e o regime jurídico dos Procuradores do Estado. Pela nova lei, os membros eleitos ao Conselho Superior serão nome-

ados pelo governador para um mandato de dois anos, a contar do dia 1º de abril, sem prejuízo das atribuições normais do cargo de procurador.

De acordo com a proposta aprovada, somente poderá ser designado para atuar na Consultoria Jurídica, na Corregedoria-geral e nas subcorregedorias e na Procuradoria Especial, em Brasília, o procurador do Estado que tiver, no mínimo, cinco anos de efetivo exercício na carreira. Nesta última, os profissionais que assumirem só poderão permanecer no cargo pelo prazo máximo de dois anos, prorrogáveis uma única vez por igual período.

Lei das OS é modificada

De autoria do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), o Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 443/05 foi aprovado em Plenário. A matéria altera a Lei nº 12.929/04, que instituiu o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais (OS).

As alterações, segundo o autor, possibilitarão maior transparência na aplicação dos recursos utilizados por essas organizações. "Isso decorre de um amplo entendimento entre o Ministério Público e as secretarias da Saúde e do Planejamento", assinalou Blasi.

PLENÁRIO

Veto à regulamentação de bolsas surpreende parlamentar



Deputado Paulo Eccel

O veto total ao projeto que regulamenta o Artigo 171 da Constituição do Estado, aprovado de forma unânime pelo Parlamento e cuja sanção pelo governo chegou a ser anunciada pela Secretaria da Educação, deixou o deputado

Paulo Eccel (PT), em suas próprias palavras, perplexo. "Fiquei sabendo através dos jornais que o governador havia vetado o projeto integralmente", contou da tribuna na sessão do dia 24 de janeiro.

O projeto que, entre outros benefícios concede bolsas para cursos de mestrado e doutorado a estudantes carentes, foi tema de várias audiências públicas realizadas nas cidades de Lages, Joinville e Indaial. Após a rodada de audiências, rememorou o petista, "fizemos um substitutivo global com a sugestão dos catarinenses para que fossem mantidos os benefícios". Ele pediu aos outros parlamentares que ajudem a derrubar o veto, cuja mensagem deve chegar em breve ao Parlamento.

O deputado Celestino Secco (PP), em aparte, solidarizou-se com Eccel pelo intenso trabalho realizado, enquanto o deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) aconselhou o governo estadual a "fazer o mesmo que o federal com relação à educação".

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), argumentou que o substitutivo global criado para o Artigo 171 gerou mudanças no seu texto final, o que levou ao veto. "O que não significa ser este o resultado definitivo", ponderou. De acordo com Blasi, o governo deverá enviar à Casa um documento para que restabeleça a aprovação da matéria, pois o governo reconhece que a nova lei vai "beneficiar milhares de estudantes".

Moção pede prazos maiores aos agricultores

O prejuízo de R\$ 340 milhões, causado pela estiagem que atingiu o Estado, principalmente na região Oeste, motivou o deputado Reno Caramori (PP) a apresentar moção, aprovada no último dia 2. Com a assinatura de todos os integrantes da Comissão de Agricultura, o documento pede prorrogação dos prazos para financiamentos, investimentos e renegociações efetuadas para as safras 2003, 2004 e 2005, incluindo recursos próprios utilizados pelos agentes financeiros nos empréstimos.

A moção foi encaminhada ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e da Fazenda, Antônio Palocci, e aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense. Segundo Caramori, além das condições climáticas adversas ao plantio, houve uma forte retração dos preços praticados no mercado nacional e internacional



Deputado Reno Caramori

de produtos como o milho, soja, trigo, feijão e leite, entre outros.

"Os produtores do Estado já tiveram problemas com a estiagem na safra 2003/04 e 2004/05, cujos prejuízos foram elevados e as dívidas renegociadas para serem pagas neste ano. Agora há um sério comprometimento da capacidade financeira dos produtores para honrar os compromissos assumidos", enfatizou Caramori.

Guerra fiscal prejudica SC

A Lei nº 14.978, sancionada em dezembro do ano passado pelo governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), foi alvo de críticas do deputado Onofre Agostini (PFL), que reivindicou ações do governo para reverter os danos provocados pela guerra fiscal.

A lei paranaense isenta do ICMS produtos da cesta básica como açúcar, café torrado em grão ou moído, carnes e miúdos comestíveis, frescos, resfriados ou congelados, resultantes do abate de aves, coelhos e gados bovino, bubalino, suíno, ovino e caprino, erva-mate, farinha de

aveia e de trigo, feijão em estado natural. "Os peque-



Deputado Onofre Agostini

nos e médios açougueiros não compram mais carne em Santa Catarina. Eles vão comprar no Paraná", exemplificou.

Para o parlamentar, a nova regra do estado vizinho configura concorrência desleal. "Defendo a redução da carga tributária da cesta básica, mas de forma equivalente para todos os estados", sugeriu.

Em aparte, o deputado Antônio Ceron (PFL) criticou o governo paranaense por tomar uma decisão deste vulto sem qualquer conversa com os governos dos dois outros estados do Sul.

Deputados comemoram redução de imposto

O decreto assinado pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), no dia 14, foi comentado em Plenário pelos deputados Clésio Salvaro (PSDB) e Manoel Mota (PMDB). De acordo com eles, o decreto reduz o valor da alíquota do ICMS do setor cerâmico catarinense de 17% para 12%. A partir dessa iniciativa, afirmaram eles, as empresas cerâmicas de Santa Catarina voltam a ser competitivas com a indústria de São Paulo, que também tiveram o valor da alíquota reduzido de 18% para 12%, em janeiro deste ano.

A proposta foi apresentada por Salvaro em junho do ano passado e acabou transformada em decreto pelo governo do Estado.



Deputado Clésio Salvaro

"A redução vai colocar as cerâmicas catarinenses em condição de igualdade com os outros estados brasileiros, uma vez que 80% de toda a produção nacional são provenientes do Estado de São Paulo, considerado o maior produtor do setor", destacou Salvaro.

Para Mota, a assinatura do decreto vai beneficiar os empresários catarinenses e promover o crescimento das indústrias, um setor forte no Sul do Estado. "A indústria cerâmica catarinense movimenta cerca de R\$ 1,3 bilhão por ano", informou o líder do PMDB.

O pleito dos ceramistas vem sendo defendido há mais de um ano pelos deputados.

Municípios estão atrasados em seus planos diretores



Deputado José Carlos Vieira

O deputado José Carlos Vieira (PFL) alertou, no dia 2, para o descumprimento dos prazos estabelecidos pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida

como Estatuto das Cidades. Os planos diretores das cidades, essenciais para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto deverão estar criados e aprovados até outubro deste ano.

De acordo com o Artigo 50 do Estatuto, os municípios que tenham mais de 20 mil habitantes, ou que sejam integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor da lei, deverão aprová-lo no prazo de cinco anos. Vieira conclamou a todos para levar a informação aos prefeitos do Estado. "Se o plano diretor não for aprovado até o prazo determinado, o prefeito

é que será responsabilizado. Ele estará sujeito à cassação e perda de mandato", afirmou.

O deputado disse que o plano diretor também é obrigatório para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico, inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Neste último caso, os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação. "Os prefeitos têm que requerer à Fatma ou ao Ibama parte do recurso da compensação ambiental para elaborar o plano diretor", explicou Vieira.



Deputado Manoel Mota

PLENÁRIO

Oeste quer instalação de universidade federal

Uma moção enviada ao vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), pela Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, solicitando a criação e instalação de universidades federais no Estado, foi lida pelo parlamentar na sessão do dia 7. A moção reivindica novos campi universitários, tendo em vista que vários estados estão sendo agraciados com a instalação de novas universidades. "Que firmemos um acordo para pedir mais atenção para Santa Catarina", conclamou.

Herneus afirmou que estamos como o Rio Grande do Sul e

Paraná irão receber mais universidades federais ou a descentralização das que já existem. "Então, vamos enviar uma moção ao governo federal solicitando outros campi em Santa Catarina. Aqui existe apenas uma universidade federal, enquanto que em outros estados o número é grande. Há muitas regiões necessitadas de universidades. Muitas pessoas têm que sair de suas cidades para estudar na capital, tornando tudo muito caro", lembrou. Além de novos campi, o parlamentar pediu a instalação de Núcleo de Educação a Distância nas regiões de fronteira.



Deputado Herneus de Nadal

Força-tarefa em Joinville recebe críticas de deputado do PT

Ao ocupar a tribuna na tarde do dia 14, último dia da convocação extraordinária, o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) criticou a Força-tarefa de Joinville, operação montada pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) para agilizar processos criminais parados.

Segundo o deputado, dia 10 deste mês fez um ano que a força-tarefa começou a atuar em Joinville, sendo que o Comando da Polícia Civil do Estado enviou à cidade 18 policiais da Divisão de Investigações Criminais de Florianópolis e mais 50 que atuavam no interior do estado. Entretanto, faltaram policiais nas delegacias.

De acordo com o parlamentar, o custo da operação aos cofres públicos chegou a quase R\$ 300 mil só em diárias para este efetivo, ressaltando que muitos dos inquéritos enviados ao Fórum durante a força-tarefa estão voltando para as delegacias, precisando ser analisados novamente.



Deputado Wilson Vieira (Dentinho)

Publicidade oficial é alvo de processos

O deputado Joares Ponticelli (PP) leu em Plenário despacho do juiz Domingos Paludo, emitido no dia 14 de fevereiro, que dobra para R\$ 200 mil a multa ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), relativa à continuidade da veiculação de propaganda do governo. "A publicidade proibida persiste e sua



Deputado Joares Ponticelli

nova roupagem é irrelevante para o fim de eximirem-se os demandados do cumprimento da decisão judicial", diz trecho do despacho lido pelo parlamentar.

Em 17 de janeiro, a bancada do PP havia encaminhado reclamação junto à Vara da Fazenda Pública da capital, por descumprimento à liminar concedida por Paludo, decorrente de ação popular impetrada pelo partido no final do ano passado contra a campanha publicitária do governo "Santa Catarina em Ação". Numa primeira decisão, no dia 19 de dezembro, a multa estabelecida por Paludo ao governador era de R\$ 100 mil por dia pelo descumprimento da liminar, que determinava o fim da veiculação da propaganda. "O governo parece que não reconhece a decisão judicial e continua veiculando propagandas", reclamou Ponticelli.

Duplicação da 101 volta ao debate

A demora das empreiteiras nas obras de duplicação da BR-101, no trecho que liga Palhoça ao estado do Rio Grande do Sul, foi motivo de críticas do deputado Altair Guidi (PPS).

O líder do PPS defendeu em Plenário a necessidade de agilizar as obras. Ele citou matéria publicada pela revista Exame, na sua edição de 25 de janeiro, que comprova as perdas econômicas e sociais do Sul catarinense em relação ao Norte do Estado, por falha de infra-estrutura de transportes. "Além disso, muitas vidas estão sendo perdidas", concluiu.



Deputado Altair Guidi

[GABINETE]

DEBOCHE

Deputado Joares Ponticelli, presidente estadual do PP, chamou de "deboche" a declaração do secretário do Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste, Juca Fiorini, de que "só após as férias, em março", deverá pedir exoneração do seu cargo.

A bancada do PP está cobrando a imediata exoneração, frente aos fatos envolvendo o secretário. Conforme notícia divulgada pela imprensa, o Diário Oficial do Estado publicou uma matéria, em forma de carta, onde a SDR de São Miguel do Oeste faz um relato da mobilização política do PMDB naquela região, em prol da reeleição do governador.

"Todos os dias eu vou cobrar, desta tribuna, a exoneração de Juca Fiorini", disse Ponticelli, considerando paliativa demais a atitude do governo em fazer uma averiguação para ver o que ocorreu, como e quem mandou publicar a "carta" no Diário Oficial. (Jandyr Côrte Real)

LÍDER

O deputado Francisco de Assis foi escolhido, no dia 14, como o novo líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa, em substituição a Paulo Eccel. A escolha ocorreu por consenso, após desistência de Vanio dos Santos, que também aspirava ao cargo.

O parlamentar é natural de Aratingaúba, município de Imaruí, no Sul de Santa Catarina, e tem 43 anos. Iniciou sua atuação comunitária e política nos movimentos sociais, filiou-se ao PT em 1988, foi presidente municipal do Partido em Joinville, vereador e é deputado estadual no segundo mandato. (Luiz Stefanos)

DENÚNCIA

O deputado estadual Afrânio Boppré (P-SOL) encaminhou no dia 14, ao Ministério Público de Santa Catarina, notícia crime contra a tarifa única implantada pelo prefeito de Florianópolis, Dario Berger (PSDB). O deputado alega, entre outras coisas, que não pode haver dois preços para o mesmo serviço e que, em sua publicidade, a prefeitura colidiu frontalmente com o disposto no Artigo 6º inciso IV da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que assegura como direito básico do consumidor a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais.

"Uma pessoa que chega no ônibus e vai pagar sua passagem à vista, em dinheiro, desembolsará R\$ 2,00. Então, como a prefeitura de Florianópolis pode afirmar que a tarifa é R\$ 1,75 e que existe uma tarifa única?", questiona o deputado. Afrânio pede que o Ministério Público apure os fatos e tome as medidas cabíveis para que o cidadão de Florianópolis tenha seu direito restabelecido com a prática da cobrança uniforme da tarifa de R\$ 1,75. (Celso Rosa)

FEIJÃO

Igualdade de tratamento fiscal aos produtores de feijão, em relação à política tributária adotada no Paraná, é a solicitação encaminhada pelo vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), em ofício encaminhado ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Na correspondência, o parlamentar alerta ao chefe do Executivo que a taxa diferenciada de um estado para outro prejudica os produtores, penalizando ainda mais os agricultores de pequeno porte.

O problema, segundo o parlamentar, é mais grave nas regiões Oeste e no Planalto Norte, e pode implicar, inclusive, no aumento do comércio informal, já que os agricultores paranaenses, na maior parte das transações, pagam apenas 1% de ICMS, contra 12% em Santa Catarina, ou 7% para transações fora do estado. A legislação, explica Herneus, só pode ser alterada pelo Executivo por implicar em renúncia de receita. (Pedro Schmitt)

PLENÁRIO

Segurança: leis devem melhorar o setor

Seis, das 47 proposições analisadas pelos deputados, referem-se à Segurança Pública. Todas as matérias foram aprovadas, depois de debatidas em comissões e audiências públicas com entidades representativas dos servidores e representantes do governo.

Uma das matérias mais criticadas pelos parlamentares foi a Medida Provisória nº123/06, cujo projeto de conversão em lei foi aprovado pelo Parlamento. Com isso, o governo poderá utilizar recursos do Fundo para Melhoria da Segurança Pública (FMSP) para custear despesas com pessoal. "Sem o uso desses recursos não haveria como efetuar o pagamento do abono de R\$ 290 aos servidores da Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão", assegurou o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB). Além de recursos do FMSP, o governo também poderá utilizar dinheiro do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (Fupesc), do Fundo Estadual de Defesa Civil (Fundec), dos Fundos de Melhorias da Polícia Civil (Fumpc), da Polícia Militar (Fumpom) e do Corpo de Bombeiros Militar (Fumcbm).

Os parlamentares reclamaram do curto prazo para discutir a MP, que veio para a Casa com o apoio dos sindicatos da área. Durante a audiência pública que debateu os seis projetos, o líder

do PP, deputado Celestino Secco, considerou a medida provisória um desvirtuamento do destino dos recursos desses fundos, criados em 1987 para equipar e reparar a Segurança Pública estadual.

De acordo com ele, os fundos devem representar uma arrecadação de R\$ 60 milhões por ano. "Se utilizar 40% (para o custeio de salários) estariam utilizando R\$ 24 milhões, o que acarretaria R\$ 2 milhões por mês, mas a folha representa R\$ 13 milhões para o pagamento dos servidores. Será que não é possível retirar do orçamento?", questionou.

Os colegas de partido Antônio Carlos Vieira - Vieirão e Joares Ponticelli propuseram a extinção dos fundos, para que eles retornassem ao caixa único do Estado.

Os deputados Dionei Walter da Silva e Wilson Vieira - Dentinho, ambos do PT, defenderam a implementação da Lei nº 254, que reorganizou a estrutura administrativa da área de Segurança Pública e a preservação dos recursos dos fundos.

O líder do governo, deputa-



Servidores da Segurança Pública de todo o estado acompanharam as votações dos projetos da área

do João Henrique Blasi (PMDB), defendeu a proposta, na medida em que valorizam o servidor e foi endossado pelo vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Segurança Pública (Sintrasp), Carlos Alberto Silva, que manifestou a posição favorável dos servidores.

O diretor-geral de Estado da Segurança Pública, Dejair Vicente Pinto, salientou que a grande preocupação é com a melhoria da gestão administrativa da Secretaria, incluindo captação de recursos e despesa.

PMs serão liberados para as ruas

Mais de 600 policiais poderão ser liberados de funções burocráticas para atuar no policiamento das ruas, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 1/06 que cria os cargos de Agente de Escolta e Vigilância Prisional, vinculados ao Departamento de Administração Prisional da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Conforme informações dadas pelo diretor geral da Secretaria,

coronel Dejair Vicente Pinto, durante audiência pública, a falta de pessoal para policiamento nas ruas é a maior carência da área de segurança. Atualmente, 678 PMs exercem atividades burocráticas.

No total, serão criadas 1.300 novas vagas, cujo preenchimento será feito através de concurso público, realizado somente quando a arrecadação do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal permitirem.

Aposentados poderão retornar ao serviço

A partir da sanção governamental do substitutivo global do deputado João Henrique Blasi (PMDB) ao Projeto de Lei nº 8/06 e com as mudanças no Estatuto da Polícia Civil, servidores aposentados poderão retornar às atividades na Segurança Pública.

O PL nº 8 garante aos aposentados que integrarem o Corpo Voluntário de Inativos da Segurança Pública do Estado (CVISP), remuneração mensal correspondente a um terço do valor dos respectivos proventos, isenta dos descontos previdenciários. A matéria recebeu críticas de vários parlamentares, entre eles os deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e Wilson Vieira - Dentinho (PT), que entendem ser incoerente o retorno às atividades de quem já está aposentado, não traduzindo

o interesse da população e dos agentes de segurança.

Emenda apresentada pelo deputado Sérgio Godinho (PSB) ao Projeto de Lei Complementar nº 2/06, que altera o Estatuto da Polícia Civil, também abriu caminho para o retorno de servidores inativos ao serviço, através do instituto da reversão.

As alterações efetivadas no Estatuto, cuja lei é de 1986, determinam que a investidura em cargo de provimento efetivo da Polícia Civil depende de aprovação prévia em concurso público de provas - ou de provas e títulos -, conforme o interesse público, acrescido de exame psicotécnico vocacionado e de exame físico.

Os parlamentares também aprovaram o Projeto de Lei Complementar nº 25/06, que altera

dispositivos da Lei nº 6.218, de 1983, e da Lei Complementar nº 318, de 2006, adequando as regras para promoção.

Especial

Os servidores da Segurança comemoraram a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 24/06, que adequou as regras para aposentadoria especial ao que determina a Constituição Federal. Os integrantes da Polícia Civil, dos sistemas prisional e de atendimento ao adolescente infrator poderão se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, conforme assegura a Carta Magna, desde que comprovem 30 anos de contribuição, sendo no mínimo 20 anos na atividade policial, tanto para homens como para mulheres.



Aposentados comemoraram os resultados das votações